

O Carrieri e o Afeto no Reconhecimento do “Poder Duradouro da Branquidade: (como) um Problema a Solucionar”

Juliana Cristina Teixeira

Resumo Neste texto, a autora reflete sobre sua própria trajetória à luz do encontro com o Professor Carrieri no Doutorado em Administração, e como isso lhe permitiu se reconhecer e se inserir, do ponto de vista identitário e político, no campo dos Estudos Organizacionais.

Palavras-chave Afeto. Branquidade. Estudos Organizacionais. Alexandre Carrieri.

Abstract In this text, the author reflects upon her own trajectory in the light of the meeting with Professor Carrieri in the Doctorate in Administration, and how this encounter allowed her to recognize herself and insert herself in the field of Organizational Studies, from the point of view of identity and politics.

Keywords Affection. Whiteness. Organizational Studies. Alexandre Carrieri.

Em 2011, iniciei meu Doutorado em Administração na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Quando ali me iniciei, havia uma categoria que atravessava minha *performance* identitária (BUTLER, 2004; SOUZA, 2016), mas que eu não me dava, ainda, tanta conta assim. Eu me dava conta da categoria de gênero. Afinal, eu era uma mulher grávida iniciando um Doutorado. Eu comecei o Doutorado no mês de março deste ano, e meu filho, Pedro Davi, nasceu em abril. Assim, tudo ao mesmo tempo. Uma loucura que só.

Como mulher que carregava em seu corpo o “objeto” ideológico de repetição de normas de gênero como dispositivo de poder (BUTLER, 2003; 2004; SOUZA, 2016), as quais promoveram historicamente a ideia de que as mulheres seriam corpos identitários com maior dificuldade de sublimação de instintos de maternagem em função da maior ligação do seu corpo com a função reprodutiva e, portanto, menos aptas para o mundo racional do trabalho (STEIL, 1997), as autoexpectativas e as possíveis expectativas em relação ao meu desempenho no Doutorado seriam certamente influenciadas.

Aliás, bom pontuar que, numa academia que violenta historicamente mulheres que se lançam por trajetórias de Mestrado e Doutorado, a maternidade é constituída como uma “loucura”, léxico que inclusive usei no primeiro parágrafo para definir o início de um Doutorado concomitante a uma maternidade, eu participei do processo seletivo do Doutorado sem que soubessem que eu me encontrava grávida. Possivelmente, se a ciência de minha gravidez estivesse presente, não teria começado minha trajetória de doutoramento em 2011.

Havia outra categoria, além de gênero, cujo atravessamento sobre minha *performance* identitária, que pode, nesse sentido, ser constituída como *transperformance*, pois atravessada por diversas categorias (DINIZ, 2012; MATOS, 2000), também era acessível ao meu campo cognoscente: o pertencimento de classe que se pode constituir numa categoria denominada de pobreza. E como eu me dava conta disso! Está aí uma categoria que, num contexto capitalista excludente, você se dá conta o tempo todo, pois é o lidar cotidiano com a necessidade de sobrevivência material e concreta da vida em uma sociedade desigualmente estruturada, onde eu tive que pensar, muitas vezes, para além de em qual tempo ler um texto, como acessá-lo e, mais, como estar alimentada para bem poder lê-lo. Mais ainda, como providenciar o leite do filho para que eu tivesse paz de ler.

Desde o Mestrado, eu me sentia um E.T. (extraterrestre) em muitos momentos perante meus colegas de turma, e de curso. No Doutorado, mais ainda. Percebi cotidianamente como aquele lugar não foi pensado para as minhas especificidades, em momento algum.

Nessa dinâmica de atravessamentos identitários que me constituíram em um lugar social de opressão, em um lugar estrutural inferior, nessa ideia de *transperformance* (DINIZ, 2012; MATOS, 2000) que, atualmente, eu e outras pesquisadoras da área de estudos organizacionais buscamos constituir como sendo dentro da perspectiva feminista interseccional, a qual permite a tomada de consciência sobre as opressões cruzadas do racismo, do cisheteropatriarcado, da opressão de classe e de outras categorias possíveis (AKOTIRENE, 2018; BOUTELDJA, 2015; CRENSHAW, 2002; 2004), eu ainda não me dava conta de modo político do atravessamento da categoria racial como uma das mais proeminentes em minha constituição identitária.

Nesse processo de inserção de um corpo não característico do espaço de doutoramento numa instituição federal de ensino superior, Carrieri, quem queria ser chamado, por nós, de Alexandre, e não por esse sobrenome que o consagra em sua área, me abraçou. Este abraço ocorreu não só como doutoranda, mas como mulher, mulher pobre, mulher negra, e que estava naquele lugar ali como uma “*outsider within*” (COLLINS, 2016).

Se hoje eu me considero, ainda, uma *outsider within*, alguém que está dentro, mas permanece, ainda, numa espécie de lugar fora das relações, como se a aquele lugar não pertencesse, imagine num início de Doutorado em um programa de pós-graduação em que, segundo informalmente me contaram, eu era a primeira doutoranda com o maior nível, dentre as classificações, de carência socioeconômica de acordo com a fundação que assiste à UFMG nesses aspectos: a FUMP (Fundação Universitária Mendes Pimentel). E que, informalmente, também me diziam, ser a primeira doutoranda mulher negra do programa.

Sobre gênero, sobre o qual eu já falei, ainda que eu tivesse tido um contato bem superficial com o feminismo negro, meu contato, no Mestrado, foi com um feminismo de categoria mais universal, que me permitia reconhecer meu lugar de opressão numa sociedade de bases cisheteropatriarcais, mas ainda não raciais. E eu não tinha tido leituras racializadas em momento algum de minha trajetória acadêmica, até então.

Antes de conhecer o Carrieri, somente por duas vezes eu havia sido explicitamente nomeada como negra, uma vez no estágio da graduação, por um colega de trabalho, também negro; e no Mestrado, por uma colega de curso, que falava sobre a escassez de negros naquele espaço. Exceto tais vezes, eu sempre fui a “morena”. E, na minha família, sempre fui tratada como sendo a “branca” da família, pelo fato deles serem mais retintos, e minha pele, mais clara que a deles, ser entendida como não negra, como o passo para sair da tão difamada negritude.

Tal assunção de identidade pelo outro se contextualiza na histórica constituição do paradigma da morenidade (BARROS, 2009; ROSA, 2014), o qual construiu a ideia de que os mestiços estariam em condições superiores em relação aos pretos, em virtude de sua maior aproximação com os brancos, o que se constituiu como um mito no que se refere à ocupação ainda desigual na estrutura social por parte destes mestiços. Contudo, importante ressaltar que, em meio aos necessários debates atuais sobre colorismo (SILVA E SILVA, 2017), essa estrutura desigual atinge mais fortemente os negros retintos, nos diversos espaços sociais e representativos da sociedade.

O que se precisa constituir, nessa assunção identitária da morenidade, é o quanto ela reflete a negatividade da assunção identitária negra. E, embora Carrieri não tivesse teorizado diretamente sobre os aspectos raciais, o tinha sobre identidade, contribuindo para o entendimento, nos debates promovidos nos estudos organizacionais, de que a construção identitária pelo indivíduo é promovida a partir de sua identificação com determinada identidade socialmente construída que ele reconhece como sendo sua, e a ela se liga (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; FONSECA, 2011; FOUCAULT; 1985; 1998). É quando ocorre o que Pimentel e Carrieri (2011, p. 2) descrevem como sendo o “alinhamento do universo simbólico do plano individual em relação ao social”, processo que ocorre em função das várias socializações sucessivas pelas quais o indivíduo se constrói e é construído (DUBBAR, 2005; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; TEIXEIRA; ZANOTELI; CARRIERI, 2014).

Assim sendo, não cresci tendo uma constituição identitária racializada como deveria ser, muito em função de um mito da democracia racial naturalizado no país que contribuiu para a invisibilização da discussão racial e do reconhecimento do quanto as identidades

racializadas pautam as estruturas e relacionamentos sociais, fazendo com que eu não tivesse acesso a essas discussões nas socializações escolares, e em outras nos diversos espaços sociais. Mais ainda, por ter crescido em uma família diretamente influenciada pela negatividade da assunção da identidade racializada como negra, influenciando em minha socialização primária como não negra.

Meu entendimento como corpo negro, apesar de ter sofrido todos os processos de racialização negativa, desde o cabelo, tipificado como “ruim” aos traços do rosto, nunca padrões, e nunca belos para os amigos da escola; nunca escolhidos para algo que envolvesse estética; nunca representado pelas paquitas da Xuxa ou pelas histórias infantis, filmes e novelas; e, o mais importante, apesar de ter sofrido com o racismo estrutural, o qual me colocou em um lugar social específico; veio explicitamente tarde.

Comecei meu Doutorado já me entendendo como negra. Porém, havia em mim um incômodo com o que eu entendia como necessidade de “levantar a bandeira”. Posteriormente, entendi inclusive tal resistência como algo que observo hoje, inclusive: uma tendência a acharmos que os negros obrigatoriamente precisam se especializar, na academia, em assuntos raciais, apenas: “como assim um negro especialista em finanças?”, o que oculta, inclusive, relações de poder acerca do outro ter que dizer o que o negro deve ou não fazer; ou como ele se legitima ou não nas diversas esferas sociais, sobretudo numa área dura (SANSONE, 1996) para os negros como o é a academia.

Em minha primeiríssima conversa de orientação com o Carrieri, em sua sala disputada pelos alunos, tendo eu participado no processo seletivo do Doutorado com uma proposta de pesquisa super distante da temática racial, eis que ele me entrega o seguinte livro: “*Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*”, organizado por Vron Ware, publicado em 2004 pela Garamond. Eu me lembro de pensar imediatamente: “só por que eu sou negra, preciso falar sobre isso?”. Este meu questionamento, neste momento, não é o mesmo que atualmente eu faço sobre a compulsoriedade explícita e/ou implícita de negros estarem ligados a assuntos racializados na academia, ou, de modo estereotipado, às ciências sociais e humanas. Era um questionamento de alguém que ainda não havia lido sobre raça, alguém que ainda não tinha sido instada a pensar sobre o negro para além de sua *performance* identitária de escravo, de sujeito destituído de sua ancestralidade.

“Branquidade”, contudo, foi só o primeiro momento para um entendimento que tenho hoje que me move preponderantemente como ser no mundo, e como pesquisadora: falo, hoje, de um lugar de sujeito que performa a identidade de um corpo feminino negro em uma sociedade não somente cisheteronormativa e capitalista, mas estrutural e historicamente racista. Falo de mim como corpo político, como a pesquisadora política que se formou num grupo de pesquisas em que seu líder trazia, para nós, as reflexões de Arendt (2009) sobre o que é política, algo muito além do que se entende, no senso comum, como sendo a política praticada pelos representantes eleitos num jogo aparente de democracia representativa (botemos, ironicamente, aparente nisso em meio ao caos político em que nos encontramos neste ano de 2019).

Nesse sentido, embora eu reconheça minha responsabilidade pelo fato de ter chegado onde

estou, e como pesquisadora engajada que sou, que entende que ciência não é axiologicamente neutra, e nem pode ser politicamente desinteressada, ter este espaço de fala, nesta seção de homenagem ao Carrieri é de uma importância gigantesca em função de eu reconhecer neste professor e pesquisador o significativo papel no meu Doutorado, e o significativo papel na minha incursão nas temáticas raciais e interseccionais.

Mais ainda, o significativo papel em eu ter estudado empregadas domésticas numa tese de Doutorado defendida num curso de Administração, berço de influências hegemonicamente destoantes da consideração de empregadas domésticas como possíveis sujeitos de um estudo em Administração.

E é aí que sua trajetória como pesquisador andarilho por temas e sujeitos não antes navegados; pelos ordinários sujeitos; ordinárias realidades; e ordinárias gestões; por uma episteme a incomodar as perspectivas de barões da indústria do *management*; e por uma ontologia que, assim como Ware (2004, p. 7), entende que “o poder duradouro da branquidade” é um “problema a solucionar”; se encontra contextualizada; se encontra a justificar que mulheres empregadas domésticas historicamente domesticadas sejam explicitamente nomeadas como possíveis sujeitos de um estudo administrativo, de um estudo que parte do mesmo lugar classificatório do *management*, embora a ele seja eminentemente crítico. E é assim que, pela primeira vez, se tem um trabalho final de pós-graduação em Administração sobre empregadas domésticas, com o aval de um conceito com o qual Carrieri teceu o perfil de pesquisas do NEOS (Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade): o conceito de

[...] gestão ordinária, que foge aos parâmetros gerencialistas ao focar o cotidiano do homem comum que administra negócios ordinários, os empreendimentos familiares, com suas relações sociais estabelecidas, sua forma de organizar seus negócios, suas estratégias de sobrevivência, seus usos e sentidos dos espaços – de negócio e de família – e a rede de relações tecidas por eles. [...] questiona-se a perspectiva da administração como única, baseada em conhecimento tido como puro ou neutro (restrito ao racional), absoluto e universal (excludente de outros saberes concorrentes) e que triunfou política e economicamente por meio das tecnologias de gestão. Em contrapartida a esse posicionamento, defende-se que se devem levar em consideração os fatores históricos, sociais, culturais e identitários que diferenciam os sujeitos e na prática cotidiana pluralizam a gestão. Portanto, há outras abordagens capazes de contribuir para o avanço do conhecimento científico na área de estudos organizacionais, sendo a gestão ordinária uma dessas abordagens (CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014, p. 698).

A partir deste conceito, ligado ao de vida social organizada, que considera outras dimensões organizativas da vida social para além das organizações tradicionais, possibilitando, inclusive, o estudo das dinâmicas organizativas familiares que se ligam, diretamente, ao modo como se forma a estrutura social do trabalho onde também se inserem as organizações tradicionais; e que considera a importância de se analisar historicamente o cotidiano das pessoas comuns como base para novas perspectivas em administração; e de estratégias como práticas sociais, pude tecer minha tese (BARROS; CARRIERI, 2015; CARRIERI; PERDIGÃO; AGUIAR, 2014; SILVA; CARRIERI; JUNQUILHO, 2011; TEIXEIRA, 2015).

Minha atual responsabilidade como pesquisadora de temáticas raciais, e como incentivadora de tais debates, reconhece Carrieri como um professor que ocupa um lugar de privilégio como homem, branco e hetero. E sempre tive um receio, deste lugar, de que minha sabida admiração e prestígio por ele fosse reconhecida como uma cooptação psicológica do lugar de quem fala de ex-orientanda, de quem já estive (e ainda, de várias formas, está) em lugar de subordinação de poder em relação a ele e que, por isso, tece, em vários momentos, comentários elogiosos à sua pessoa.

No entanto, mais uma vez enalteço a importância de poder escrever este texto em sua homenagem. Porque minha vontade de dizer o quanto ele é, sim, grande, e grande não só academicamente, grande não só como o Carrieri, mas grande como o Alexandre que, de seu lugar de poder, salva a trajetória de vários sujeitos que têm suas *performances* cruzadas por ele, é significativa. Quisera tais lugares de poder não fossem hegemonicamente ocupados pela cisheteronormatividade e pela branquidade. Se o são, para que tal estrutura se modifique, é preciso que tais ocupantes de lugares de privilégio possibilitem a ocupação de espaços e o desenvolvimento de trajetórias construídas em temas que tragam as resistências à tona por parte de quem não os ocupa.

Este desenvolvimento pode ocorrer em meio à constituição dos lugares de afeto cuja necessidade o campo do feminismo negro reivindica. E o afeto inserido em dinâmicas nas quais há uma tendência de que a gente “mate a si mesmos, e mate-nos uns aos outros” para publicar, para produzir – para que pessoas como eu, que falam deste meu lugar, possam neste espaço de produção de conhecimento estar – torna-se ainda mais relevante.

É sobre os lugares de afetos que os não negros podem assumir para fazer diferença, e estar na luta com nós, pretos. E, nesse sentido, falamos de um não negro que possibilita aos seus orientandos, a partir da constituição epistêmica e teórica de sua trajetória, a incursão por temáticas que amplifiquem a necessidade de se refletir acerca das diferenças sociais que foram transformadas em justificadores ideológicos de desigualdades (BARROS, 2009). E sobre um não negro que me permitiu o que Oliveira (2018), minha amiga e parceira de pesquisa e militância acadêmica racializada na Administração, provoca sobre o silenciamento dos negros na academia, construídos mais como problemas de pesquisa do que como pesquisadores. Nesse sentido, pude escrever minha tese em primeira pessoa do singular, colocando-me explicitamente como mulher negra que pesquisava algo que também me constituía.

E, sobre lugares de afeto, Carrieri é isso, é uma “casca” de “dureza” e palavras jogadas num humor que nos deixa, por vezes, dúvida da seriedade ou não do que diz sobre um coração grande, cheio de possibilidades de afetos, e cheio de possibilidades de reconhecimentos do quão grande é o problema de uma Administração que reproduz o “poder duradouro da branquidade” (WARE, 2004, p. 7); um coração cheio de possibilidades acerca do pensar o que fazer para este “problema a solucionar” (WARE, 2004, p. 7).

Eu nunca vou me esquecer quando, sem ele estar presente, eu tive que comprar, com muita dificuldade, um livro que foi organizado por ele, vendido em seu próprio grupo, para ter como leitura que fazia parte do conteúdo programático da disciplina obrigatória de

Doutorado Teoria das Organizações e ele, ao saber, posteriormente, reverteu aquilo que eu havia gasto me dando um pacote de fraldas para o meu filho recém-nascido. É sobre ligação subordinada psicológica em função de necessidades materiais que falo? Não é sobre constituição de dinâmicas de sensibilidade sobre as necessidades destes corpos outros cujos espaços estruturais não abraçam suas necessidades. O que era um livro em meio a uma necessidade de fraldas para o meu filho?

É, ainda, sobre um homem que sempre me possibilitou meios para que, com meu próprio trabalho, eu tivesse acesso a alguns recursos extras para além da bolsa, como fazendo transcrições de entrevistas em meio ao atribulado Doutorado. Precarização em função de meu lugar de vulnerabilidade social maior? Sim, mas, ao menos, representativa de alternativas possibilitadas por alguém em meio a uma estrutura excludente. E é por isso que me posiciono como alguém que quer contribuir para a alteração dessa estrutura excludente.

Reconhecido, pois, o poder duradouro da branquidade como um problema, faço deste texto um campo de enaltecimento de sua trajetória, mas sem deixar de me referir a mim mesma. Pois, se existe um problema a solucionar sobre o poder duradouro da branquidade, é sobre ele gerar a captura dos lugares de protagonismo dos sujeitos constituídos como negros. Nesse sentido, não há como escrever este texto sobre ele, sem escrever sobre mim. E este reconhecimento se refere ao que eu acredito ser inclusive uma das maiores virtudes de Carrieri como pesquisador que orienta outros: embora ele tenha um posicionamento epistemológico predominante, já orientou pesquisas que abraçam diversos posicionamentos. E, sobre essa possibilidade de liberdade que ele dá, creio que, ainda que eu continue navegando pelo mesmo campo epistemológico que ele – o pós-estruturalismo –, a assunção deste meu lugar de fala dentro do campo teórico do feminismo negro nos estudos organizacionais brasileiros se refere a uma autonomia que constituí como pesquisadora, objetivo este que certamente faz parte da boa formação de um pesquisador que seja livre para exercer sua crítica, ainda que sua formação tenha sido perpassada por um dos maiores pesquisadores do campo da Administração no Brasil.

E, assim, à sua grandeza, se liga a minha (aprendi com as feministas negras a importância de reconhecer minha própria grandeza, sem o olhar de colonialidade de saber e poder que pesa sobre mim), como pesquisadores andarilhos por temas dantes pouco explorados num *management* pouco colorido, pouco abarcador de diferenças, enquanto instrumentaliza, e transforma em vantagem competitiva (ALVES; GALEÃO-SILVA, 2004), até mesmo, o que chama de diversidade.

NOTA

- 1 WARE, V. O poder duradouro da branquidade: um problema a solucionar. In: WARE, V. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, Afro, 2004. p. 7-40.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. Entrevista. **Folha Pernambuco**, Recife, 7. set. 2018.
- ALVES, M. A.; GALEÃO-SILVA, L. G. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.
- ARENDT, H. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BARROS, A.; CARRIERI, A. P. O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 151-161, mar./abr. 2015.
- BARROS, J. D'A. **A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOUTELDJA, H. Raça, classe e gênero. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 5-9, 2016.
- BUTLER, J. **Undoing gender**. Oxfordshire: Routledge, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DINIZ, A. P. R. **'Mulheres gerenciáveis?'** Uma análise dos discursos sobre as mulheres na revista Exame. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- DUBBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FERNANDES, M. E. R.; MARQUES, A. L.; CARRIERI, A. P. Elementos para a compreensão dos estudos de identidade em teoria organizacional. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Identidade nas organizações**. Curitiba: Juruá, 2010.
- FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2011.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 232 p.

MATOS, M. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OLIVEIRA, J. S. As influências raciais na construção do campo etnográfico: um estudo multissituado no contexto Brasil-Canadá. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 25, n. 86, p. 511-531, jul./set. 2018.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos Ebape.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-21, mar. 2011.

ROSA, A. R. Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 240-60, maio/jun. 2014.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 18, p. 165-87, 1996.

SILVA E SILVA, Tainan. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Direito UNIFACS – Debate Virtual**, n. 201, 2017.

SILVA, A. R. L.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 122-134, abr./jun. 2011.

SOUZA, E. M. Fazendo e desfazendo gênero! A abordagem pós-estruturalista sobre gênero. In: CARRIERI, A. P.; TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R. (Org.). **Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais**. Salvador: EDUFBA, 2016.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, jul./set. 1997.

TEIXEIRA, J. C. **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. 2015. 412 f. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; ZANOTELI, E. J.; CARRIERI, A. P. A importância dos clássicos na formação do pesquisador: o que nos diz os conceitos de socialização, identificação e campo intelectual como campo de poder. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 38, p. 154-171, abr. 2014.

WARE, V. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond/Afro, 2004.

**Juliana
Cristina
Teixeira**

Doutora em Administração pelo CEPEAD/UFMG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade - NEOS/UFMG. Professora Adjunta do Departamento de Administração/Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas/Universidade Federal do Espírito Santo (DADM/CCJE/UFES). Professora colaboradora do PPA/UEM. Líder do Tema “Diferença e Desigualdades: articulando Raça-Etnia, Gênero, Sexualidade e Classe no Mundo do Trabalho” na ANPAD (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração).